

# Ascensão pedagógica

O PROCESSO de valorização do professor, particularmente o do ensino público, envolve uma série de avanços qualitativos no plano profissional e pedagógico que não são fáceis de alcançar. Mas pode ser realizado por partes e obedecendo a uma ordem de prioridades que comece pela tentativa de corrigir a grave deformação do "professor mecanizado" ou "autômato". Este hoje simboliza um magistério dramaticamente submetido ao jugo da pressão salarial, a correr de escola em escola em sua maratona de empregos, com todos os prejuízos que daí decorrem tanto para quem ensina como para quem aprende.

ENQUANTO o Estado, nos seus vários níveis, não consegue atribuir ao corpo docente das escolas públicas um sistema digno de remuneração, terá que encontrar fórmulas ao menos capazes de preservar a profissão e a missão do educador.

O PROFESSOR não é uma máquina de ensino, programada para funcionar somente no horário das aulas e bastante auto-suficiente para dispensar os insumos da atualização e da recicla-

gem. O seu tempo profissional está longe de resumir-se ao que consome no local de trabalho. A tarefa prossegue fora do espaço escolar e o acompanha até a casa, onde se ocupa com a revisão de conhecimentos, o preparo de aulas e o exame de deveres e provas dos alunos.

É ALENTADOR verificar que a Secretaria de Educação da Prefeitura assume agora uma posição criativa em relação a esse problema, contida no projeto de lei que implanta o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os professores da rede municipal de ensino.

A IDÉIA central é a de dar tempo ao professor para aprimorar os seus conhecimentos e as técnicas pedagógicas dentro da própria jornada de trabalho, ou seja, considerando esse período como parte da carga horária remunerada. Instituem-se esquemas de 30 a 40 horas semanais para o magistério, com um quinto do total da jornada para o aperfeiçoamento em serviço. Dos que optarem por 40 horas será exigida dedicação exclusiva, compensada pelo vencimento duplicado. O regime de

30 horas dará direito ao ensino também em outra escola, desde que o colégio não seja municipal.

NA VERDADE, a autoridade municipal não quer apenas criar uma oportunidade de melhor aproveitamento do potencial de cada um, mas também compensar os erros de uma formação profissional imperfeita e em muitos casos caracterizada por acentuado rebaixamento de nível. No panorama de hoje, a desqualificação da educação é uma reação em cadeia que se transmite do mestre mal formado ao estudante mal preparado. As constantes greves do magistério, que reduzem o número de aulas do ano letivo e tumultuam os currículos, aprofundam a decadência.

O PROJETO da Prefeitura não elimina as falhas notórias na formação de professores, nem é solução definitiva para a questão salarial. Mas também é bem mais que um paliativo, na medida em que reconhece as características especiais da missão do professor na sociedade. A recuperação da qualidade do ensino no Brasil passa por iniciativas com essa índole.